

## ECONOMIA

Economia - Brasil

## POLÍTICA ECONÔMICA

Meirelles, do BC, prega reformas estruturais para garantir crescimento sustentável. Mantega, da Fazenda, não defende mudanças profundas e espera queda contínua da taxa básica de juros para crescer

# Conflito de idéias fica mais visível

As diferenças entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que tem título de ministro, estão cada vez mais visíveis. Na noite de quinta-feira, Meirelles disse que o Brasil precisa promover "reformas estruturais" como condição essencial para ingressar num processo de crescimento econômico contínuo, de longo prazo. "O segundo passo agora é enfrentar as reformas estruturais, para o país obter crescimento sustentável", declarou Meirelles, em São Paulo.

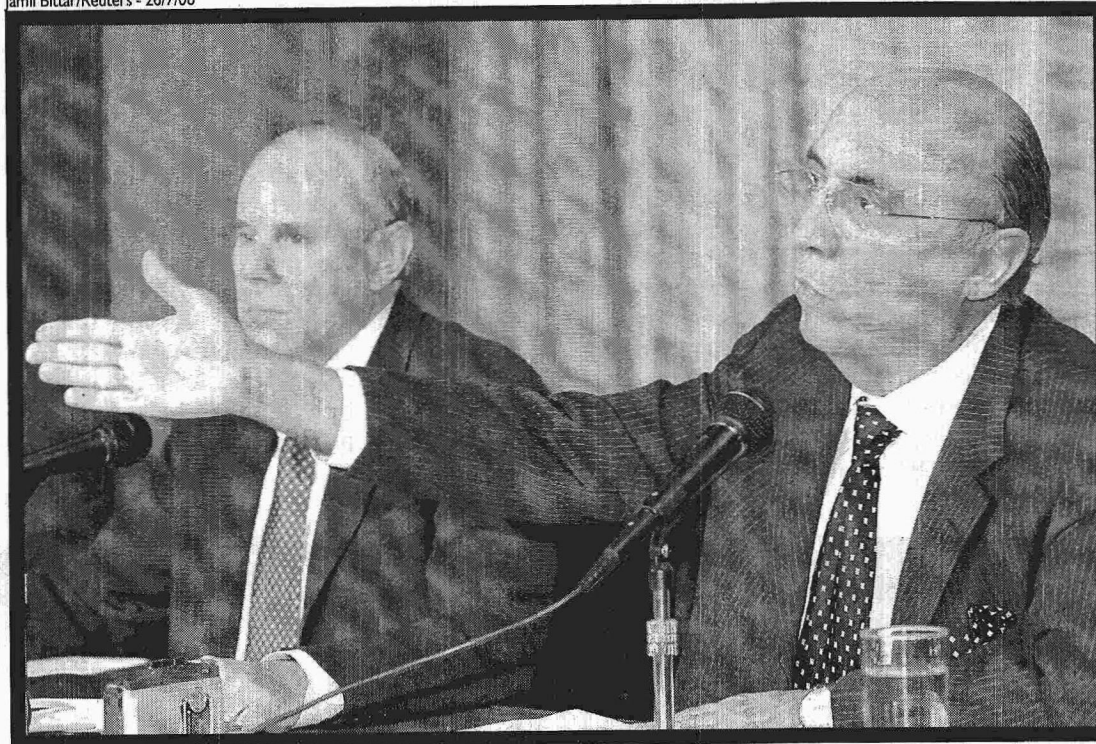
Já Mantega não defende reformas e conta com a queda da

taxa básica de juros. "Há estabilidade de preços que permite fazer uma política monetária mais flexível", disse durante evento, ontem, no Rio de Janeiro. O ministro afirmou ainda que "a ata do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) desta semana permite uma visão otimista do que vai acontecer ainda este ano com os juros".

## Rompimento

Meirelles insistiu que o Brasil conseguiu romper, nos últimos quatro anos, com a vulnerabilidade externa, considerada por ele como uma das restrições mais importantes a impedir o crescimento sustentado do país.

Jamil Bittar/Reuters - 26/7/06



AS DIFERENÇAS DE CONCEPÇÃO ENTRE MEIRELLES (D) E MANTEGA (AO FUNDO) SÃO CADA VEZ MAIS NOTADAS

"As empresas sofriam não só com a questão do crescimento, mas com as crises, das mais diferentes: monetária, inflacionária e cambial", argumentou. "Eliminamos o padrão de crises periódicas", enfatizou.

Mantega defendeu o superávit primário, considerando-o "definitivo" no país. Ele alegou que o

superávit primário de setembro, de 4,28% do PIB, foi afetado pelo pagamento antecipado do 13º salário a aposentados e pensionistas e, sem esse impacto, o superávit teria alcançado 4,56% no mês, maior do que os 4,51% de setembro do ano passado. "As contas públicas estão equilibradas", disse.

Segundo o ministro, se o Brasil continuar fazendo superávit primário de 4,25% nos próximos anos, crescendo em torno de 5% e reduzindo os juros, "caminhamos para o déficit nominal zero". Acrescentou que para alcançar esse objetivo, o governo tem que fazer o esforço de redução dos gastos

## PADRÃO INTERNACIONAL

O governo vai a seguir o padrão internacional na definição dos prazos de resgate dos títulos públicos prefixados, que têm a remuneração estipulada no momento da venda. Com a uniformização, o Tesouro Nacional deixará de emitir papéis com qualquer prazo para se fixar em seis vencimentos: 6, 12 e 24 meses e 3, 5 e 10 anos. O objetivo é dar mais transparência às ofertas e facilitar a decisão dos investidores. "Estamos tentando criar uma oferta de títulos da dívida com estrutura de primeiro mundo", afirmou o coordenador da Dívida Pública, Ronnie Tavares. (Da Redação)

correntes. E repetiu a proposta de criar um redutor no gasto corrente, modesto, de 0,1% a 0,2% ao ano em relação ao PIB. "Hoje é 17,6% do PIB e cairá progressivamente. Como o PIB vai crescendo, os gastos vão sendo contidos sem grande esforço e sem desativar os programas sociais".